



SÉRIE DE ESTUDOS

Representação Feminina



Apresentação Monitor da Democracia

O Instituto Monitor da Democracia é um think tank com o objetivo de gerar ideias, conhecimentos, reflexões, estudos, pesquisas e em temas estratégicos para o fortalecimento da democracia e monitoramento de ações em países antidemocráticos.

Criado em 2021, o Monitor da Democracia defende o fortalecimento dos pilares essenciais de um sistema democrático. A missão do Instituto Monitor da Democracia é monitorar ações em países antidemocráticos, informar a população sobre os assuntos acerca do tema e realizar pesquisas e ações que garantam o fortalecimento da democracia exercendo influência na elaboração das políticas públicas. Para isso, investimos em programas de formação acadêmica, como centro de pensamento e desenvolvimento de ideias, com a promoção de estudos, observatórios, palestras, podcasts, publicação de livros e séries documentais.



Sumário

1. Introdução	4
2. Desenvolvimento	5
2.1 A história das mulheres	5
2.2 Representação feminina	7
2.3 Representação feminina na política	9
2.4 Representação feminina no Brasil	11
2.5 Empreendedorismo Feminino	13
2.6 Avanços na legislação	16
2.7 Oportunidades e desafios da Representação feminina	17
3. Considerações finais	20



1. Introdução

O papel das mulheres na sociedade traz lições únicas sobre como encarar a vida com valor e responsabilidade. No decorrer da história da humanidade a mulher deixa de ser apenas uma figura secundária, sem direitos, à margem de grupos sociais e dentro dos limites do preconceito, para se tornar uma voz ativa e liderar campanhas em prol de um mundo melhor, justo e consistente.

As mulheres foram alvo de discriminação, muitas vezes advinda de homens ou dos próprios parceiros, inseridos e participantes de uma sociedade até então machista. Esta condição tem melhorado estruturalmente na sociedade como um todo, em especial naqueles países democráticos, com imprensa livre e sistemas de controle social efetivos.

Durante séculos, a imagem da mulher persistiu em condições comparáveis à escravidão, numa época em que ser livre significava essencialmente ser homem. Neste cenário, as principais funções da mulher eram a reprodução, lactação e parentalidade.

As condições de submissão da mulher ao homem se devem à crença ilusória, desde a Grécia antiga, da superioridade do homem sobre a vontade do casal, o uso da força física, bem como à “necessidade” da mulher de se manter na família, cumprindo o papel de mãe e educando seus filhos. Períodos da história como a Idade Média geraram perseguições e tratos desumanos às mulheres, muitas vezes consideradas “bruxas”. O iluminismo trouxe um novo olhar para as relações sociais e de gênero que marca o início de um processo de transformação que continua até os dias de hoje.

Atualmente, mesmo com a efetivação dos direitos das mulheres e grandes avanços legislativos para protegê-las, a desigualdade de gênero e a discriminação contra as mulheres continuam sendo uma realidade. Isso significa que esses direitos enfrentam, hoje, obstáculos para serem respeitados e efetivamente implementados. Dentre os desafios da efetivação dos direitos das mulheres estão as questões culturais, que influenciam o comportamento, costumes e hábitos dos indivíduos na sociedade.



2. Desenvolvimento

2.1 A história das mulheres

No período paleolítico, as mulheres ocupavam um papel central na sociedade, num cenário onde havia a convivência harmoniosa entre homens e mulheres e não era necessário força. Nessa época, a cultura era cooperativa e de parceria. A divisão sexual do trabalho existia, mas não havia desigualdade. A mulher simbolizava o poder de multiplicação e nutrição, aspectos considerados como privilégios divino e, por isso, muitas vezes era reverenciada como um deus.

Na idade antiga, as mulheres começaram a perder espaço na sociedade. O casamento tornou-se a instituição central da vida, ou seja, as mulheres seriam úteis se fizessem parte da família. Além disso, a religião se concentrava na adoração de imagens de pessoas, também conhecidas como “pater”, uma figura masculina que todos deveriam obedecer e seguir.

A Idade Média, também considerada Idade das Trevas, foi uma época de perseguição religiosa, várias doenças e ataques entre os povos. Nessa época, as mulheres assumiram a maioria dos ofícios e propriedades, no entanto, continuavam subjugadas.

A transição entre a Idade Média e a Moderna fez com que as mulheres comessem a ganhar espaço na sociedade mercantil. Nessa época, ocorreu a queda do Feudalismo, migrações acentuadas, urbanização e intensificação do comércio.

Ao longo da história, as mulheres ocuparam diferentes papéis na sociedade, quebrando estereótipos de gênero, cada vez mais aceitos na sociedade atual. Na idade contemporânea, alguns paradigmas já haviam sido quebrados através de mulheres de destaque como Anita Garibaldi, Princesa Isabel, Antonieta de Barros e Amelia Earhart e Marie Curie.



Anita Garibaldi, natural de Santa Catarina, foi uma importante revolucionária que participou da Guerra dos Farrapos, Batalha de Curitibanos, no Brasil e Batalha de Gianicolo, na Itália. Por lutar nesses dois países, ela foi apelidada de "heroína de dois mundos".

Princesa Isabel, filha de Dom Pedro II (imperador do Brasil 1840-1889), foi uma figura importante para a história das mulheres, pois foi quem assinou a Lei Áurea, lei que aboliu a escravatura do Brasil.

Antonieta de Barros foi a primeira mulher negra eleita no Brasil. Ademais, Antonieta instituiu a Lei nº 145, de 12 de outubro de 1948, lei que instituiu o marco para que educadores fossem vistos como importantes agentes de mudanças sociais.

Amelia Earhart fez história na aviação e quebrou barreiras ao se tornar a primeira mulher a cruzar, pelo ar, o Oceano Atlântico. Após séculos de luta e trabalho árduo para o reconhecimento, as mulheres superaram algumas das barreiras de gênero e hoje são profissionais de sucesso.

Marie Curie, cientista polonesa, marcou a história da ciência mundial por descobrir elementos químicos como o polônio. Marie, cientista polonesa, foi a primeira mulher a ganhar um Prêmio Nobel de Física.

Atualmente, as mulheres vêm conquistando mais participação nos espaços sociais, profissionais e políticos. Mas, mesmo tendo percorrido um longo caminho e alcançado marcos importantes, as mulheres ainda enfrentam disparidades de gênero e precisam superar muitos obstáculos internos e externos.

As mulheres de hoje são educadoras, líderes empresariais e presidentes de nações que desafiaram as barreiras que surgiram, completaram sua jornada compartilhada, carreira e família, superando obstáculos, estereótipos sexistas e a falta de confiança.



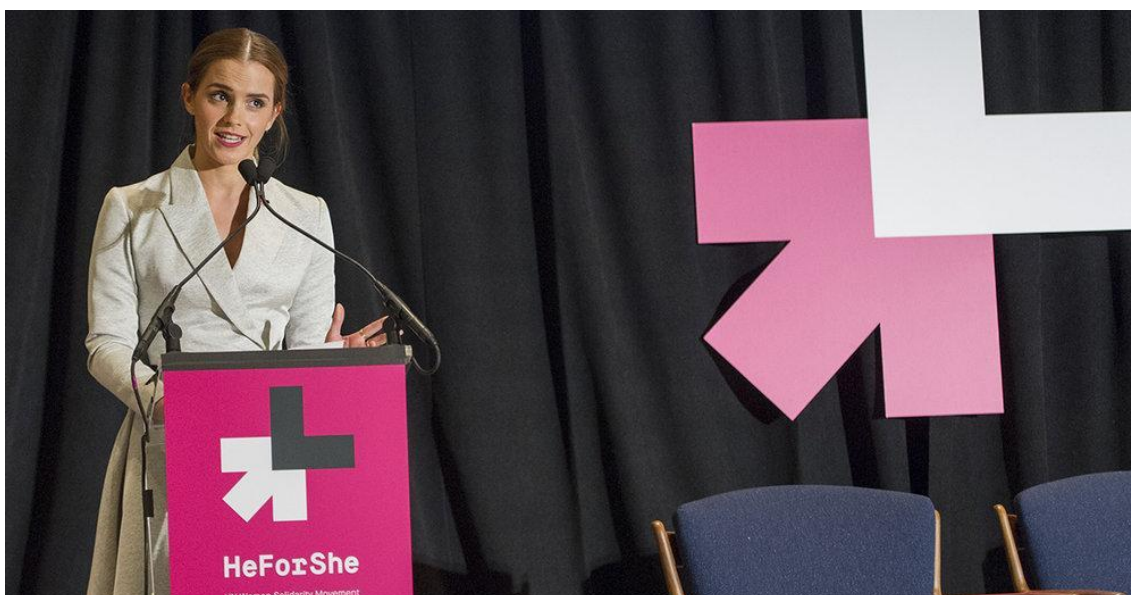
2.2 Representação feminina

Diante de um cenário no qual as mulheres ainda passam por injustiças de desigualdade de gênero, é necessário ações e políticas que empoderem mulheres e promovam a equidade em todas as atividades sociais e econômicas. Com isso, seria possível a melhoria da qualidade de vida de homens, mulheres e crianças, bem como o desenvolvimento sustentável.

Reconhecendo o papel das empresas no crescimento econômico e no desenvolvimento humano, a ONU Mulheres, juntamente com o Pacto Global, criou os Princípios de Empoderamento das Mulheres. Esses 7 princípios são um conjunto de considerações que ajudam a comunidade empresarial a integrar valores e práticas em seus negócios, que promovam a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Os Princípios de Empoderamento das Mulheres são:

- Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível.
- Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não-discriminação.
- Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa.
- Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres.
- Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing.
- Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social.
- Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero.

Outros movimentos sociais como o “*He for She*” da ONU, são importantes para promover a equidade de gênero nos mais diversos ambientes. Lançado em 2014, o movimento é de solidariedade, com o objetivo de engajar todas as sociedades, incluindo homens e meninas, na promoção da igualdade de gênero.





Nesse movimento, em específico, são enviados convites a organizações, empresas, sociedade civil, associações para se tornarem aliados estratégicos e atores para ampliar o diálogo sobre ferramentas e ações que possam efetivamente acelerar o progresso rumo à igualdade de gênero.

A participação de todos é essencial para uma real mudança de comportamento, participação igualitária nos espaços de poder, atentando para as diferentes necessidades de cada grupo. Essa união geral em prol de causas justas, beneficia a sociedade como um todo, nas esferas social, política e econômica.

Um aspecto importante é o papel da consolidação e ampliação da democracia em todo o mundo. No ambiente democrático e o estado de direito funcionando de forma madura e plena que é possível a o exercício da igualdade de gênero no processo de desenvolvimento econômico e social das nações. Novos tipos e ambientes de negócios, onde as competências e características dos diferentes gêneros podem ser exercidas na plenitude e o respeito e cumprimento da lei ser aplicado de forma adequada e equânime.

2.3 Representação feminina na política

A ocupação feminina na política passou por uma longa jornada até conquistar um espaço de representatividade neste meio. Durante o percurso, houveram e ainda há muitas lutas e conflitos até a conquista do reconhecimento da mulher como cidadã, consciente e engajada dos ideais para a construção de uma sociedade legítima.

Em fevereiro deste ano (2022), celebrou-se os 90 anos de conquista do voto feminino aqui no Brasil. Data em que o Código Eleitoral assegurou às mulheres o direito constitucional de votar, serem votadas e, posteriormente, eleitas a cargos políticos.

Foram nove décadas de avanços e lutas diárias para que mais mulheres pudessem ocupar este ambiente, que sempre foi majoritariamente masculino. Para isso, leis e emendas constitucionais garantiram representatividade ao processo eleitoral. A Lei

de Participação Feminina da Política (13.165/2015) prevê a promoção de propagandas gratuitas, na TV e no rádio, seja revertida em ações para estimular a presença de mulheres na política, tornando-se um exemplo em alcançar e incentivar a participação feminina nessas discussões.



Adicionalmente, a participação feminina na política está garantida na Emenda Constitucional (EC) nº 97/2017, na qual exige que 30% das candidaturas de cada partido sejam de mulheres. Seguindo a mesma intenção, o Projeto de Lei 1.951/2021, aprovado pelo Senado, garante que 30% de mulheres sejam convocadas para preenchimento de cadeiras na Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa do Distrito Federal, Câmaras de Vereadores e as assembleias legislativas dos estados.

Mesmo com tais prerrogativas, de acordo com o estudo da *Inter Parliamentary-Union* (União Interparlamentar), organização global dos parlamentos nacionais, no qual realiza análises sobre espaços de governança, o Brasil encontra-se em 140º em um ranking mundial que quantifica as mulheres no parlamento. Os Estados Unidos configuram o 82º lugar, enquanto o Canadá ocupa a 58ª posição de mulheres no parlamento.



O estudo é referente ao ano de 2020 e demonstra que temos apenas 14,6% de mulheres na Câmara dos Deputados e 13,6% no Senado. De modo geral, as Américas (Norte, Sul e Central) somam uma média de 31,3% de representatividade feminina no parlamento, estando à frente da Europa com 29,9%.

Ter mulheres na esfera política é fundamental para a idealização e implementação de políticas públicas relacionadas ao gênero feminino, sem levar em conta as prioridades das questões fundamentais de saúde, educação, saúde pública, planejamento, habitação, empreendedorismo e empregabilidade.

Portanto, é necessário estimular ações ativas para fortalecer o debate, no intuito de identificar e analisar as iniciativas legislativas e políticas públicas, a partir de uma perspectiva de gênero, fortalecendo a representação política, os direitos das mulheres e o combate à violência de gênero na política.

O Brasil continua trabalhando para aumentar seu percentual de mulheres eleitas ocupando cargos políticos, a fim de tornar-se referência em sua política de equalização. A luta pela igualdade de gênero na política não é nova, e é fruto do trabalho árduo de inúmeras mulheres que se dedicam diariamente para deter o seu espaço de fala.

2.4 Representação feminina no Brasil

De acordo com os dados apresentados em 2019 pelo PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), o Brasil tem cerca de 108,423 milhões de mulheres, o que corresponde a mais da metade de toda a população brasileira, 51,8%. Mesmo em uma quantidade significativa, as mulheres seguem como minoria em diversos setores empregatícios, principalmente quando se trata de cargos de liderança em grandes ou pequenas empresas.

Ainda que constituam um nível de escolaridade maior que o dos homens, o público feminino enfrenta mais obstáculos para obter um posicionamento no mercado de

trabalho. São tarefas domésticas, cuidado com os filhos, entre outras demandas que, socialmente estereotipadas, ficam a cargo das mulheres. Estas questões merecem ser debatidas em todo o âmbito social, para que haja uma mudança cultural no papel da mulher na sociedade, incorporando bem-estar social e político.

Em reconhecimento às grandes personalidades femininas brasileiras de 2021, a Forbes Brasil elegeu 20 mulheres que se destacaram no desenvolvimento de diversas áreas, como ciência, negócios, literatura, luta pela igualdade e dentre outros. Algumas das personalidades são:

- Ester Sabino – Coordenadora do sequenciamento do coronavírus
- Maria Paula Capuzzo – Presidente da Colgate-Palmolive
- Nísia Trindade Lima – Presidente da Fiocruz
- Teresa Vendramini – Presidente da Sociedade Rural Brasileira
- Gisselle Ruiz Lanza – Diretora Geral da Intel Brasil

Espaços majoritariamente masculinos, como o futebol, também vem sendo abertos para maior reconhecimento das jogadoras femininas que atuam profissionalmente neste espaço. A Seleção Feminina Brasileira é a melhor da América do Sul, com títulos em sete Copas América e três jogos Pan-Americanos.





A própria Federação Internacional de Futebol (FIFA) vem aumentando os valores aplicados na Copa do Mundo Feminina. Mesmo com este acréscimo, a quantia final não alcança os valores aplicados a Copa masculina. Um embate que vem sendo debatido e exposto na mídia pelas jogadoras.

Assim, podemos perceber que, com o passar dos anos, as mulheres tem conquistado espaços maiores e de mais respeito dentro da sociedade, corporações e empresas. Atualmente, há maior participação feminina em espaços anteriormente masculinos como, principalmente, cargos executivos e de liderança.

Importantes estudos e pesquisas como a “Mulheres no conselho”, da Deloitte (2019) mostram que, globalmente, apenas 19,7% dos assentos em conselhos são ocupados por mulheres, o que revela um aumento de 2,8 pontos percentuais desde 2018.

O aumento da diversidade e, principalmente, inserção de mulheres em cargos altos, contribui para uma cultura organizacional mais resiliente, que leva a melhores resultados de negócios. Conforme o estudo, empresas que investem na pluralidade em sua composição são mais propensas a tomar decisões mais assertivas, além de capitalizar a inovação.

2.5 Empreendedorismo Feminino

No âmbito do empreendedorismo, há uma crescente participação das mulheres. Conforme Louis Jacques Filion, um dos maiores pensadores na área de empreendedorismo, o empreendedor é o indivíduo que imagina (planeja), desenvolve e realiza visões (age). Assim, de acordo com Filion, o empreendedor pensa todas as etapas de maneira estratégica com o objetivo de conquistar metas e objetivos.

Com inovações tecnológicas e de gestão ajudando a impulsionar a produtividade e a criação de empregos, os empreendedores são um dos principais impulsionadores do crescimento econômico e do desenvolvimento social mais amplo.

Autoridades governamentais, acadêmicos e pesquisadores de ONGs de todo o mundo, agora reconhecem o empreendedorismo como um elemento essencial na luta contra a pobreza e a desigualdade social, metas que se enquadram nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas até 2030.



O crescente papel das mulheres no empreendedorismo feminino inclui negócios concebidos e liderados por uma ou mais mulheres, bem como iniciativas de liderança feminina, incluindo a representação de mulheres em cargos de chefia.

De acordo com dados do Sebrae (2021), a participação das mulheres como líderes empresariais têm aumentado, tanto em termos absolutos, quanto relativos: em 2016, eram 8,3 milhões de mulheres empreendedoras (32%) e em 2019, cerca de 10 milhões (35%). Com a pandemia, houve um retrocesso, mas, no total, são 8,6 milhões de empresárias (33,6%) que, diariamente, contribuem para o dinamismo econômico do país, gerando renda, empregos, produtos e serviços diferentes.



Apesar do progresso, a desigualdade persiste. Segundo dados do Global Entrepreneurship Monitor - GEM, o número de mulheres que possuem novos negócios é menor que o de homens no Brasil, e essa diferença aumentou durante a pandemia. Além disso, a diferença é maior quando se considera a população de empresários adultos, indicando um percentual maior de mulheres abandonando a escola ao longo dos anos.

No âmbito do empreendedorismo feminino, algumas mulheres se destacam por sua história marcante, são alguns exemplos: Luiza Helena Trajano, Magazine Luiza; Zica Assis, Instituto Beleza Natural e Cher Wang, HTC computadores.

Luiza Helena Trajano é a maior acionista e, atualmente, presidente do Conselho de Administração da empresa Magazine Luiza. Luiza assumiu a liderança da organização em 1991. Sob sua liderança, a empresa criou as primeiras lojas virtuais, com serviço de telemarketing, Liquidação Fantástica, atraindo consumidores e começou a se expandir por todo o Brasil.

Zica Assis, conforme a Forbes Brasil, está entre as 10 mulheres de negócios mais poderosas do Brasil. Há mais de 20 anos, Zica realizou alguns testes através de misturas de produtos, atrás de uma fórmula para cachos. Depois de encontrar essa fórmula, nasceu o Instituto Beleza Natural, primeiro especializado em cabelos crespos e ondulados do Brasil.

Cher Wang é uma das empresárias mais bem-sucedidas do mundo. Com renda estimada em 8 bilhões de dólares. Cher iniciou sua carreira vendendo placas-mãe de computadores para uma empresa na Europa. Ela transportava essas placas, diariamente, utilizando as estações de trens, o que a incentivou a pensar e, posteriormente, criar soluções móveis como os smartphones.



2.6 Avanços na legislação

Atualmente, de acordo com o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), os direitos humanos das mulheres em todo o mundo incluem o direito à vida, saúde, educação, privacidade, igualdade e liberdade de pensamento político, o direito de não ser torturado, entre outros.

Mesmo com os direitos garantidos, no Brasil, a proteção da mulher é garantida, sobretudo, através de legislações como as abaixo relacionadas:

- **Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006):** visa criar um mecanismo de combate à violência doméstica contra a mulher, a fim de prevenir, punir e eliminar a violência por meio de medidas protetivas.
- **Lei Carolina Dieckmann (Lei 12.737/2012):** objetiva a identificação de crimes cibernéticos no Brasil. Crimes envolvendo meios eletrônicos, como invasão de computadores, violação de dados de usuários ou sites.
- **Lei do Minuto Seguinte (Lei 12.845/2013):** oferece apoio e certas garantias às vítimas de violência sexual, como atendimento imediato pelo Sistema Único de Saúde, com apoio médico, psicológico e social.
- **Lei Joanna Maranhão (Lei 12.650/2015):** alterou os prazos quanto à prescrição contra abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes. A prescrição só passa a valer após a vítima completar 18 anos, e o prazo para denúncia aumentou para 20 anos.
- **Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015):** Lei que agrava e caracteriza o crime de homicídio, transformando-o, quando aplicável, em feminicídio, um crime hediondo.
- **Lei Stalking (Lei 14.132/2021):** Lei que considera três requisitos para configurar crime, sendo a ameaça à integridade física ou psicológica da vítima, restrição da capacidade de locomoção e invasão de liberdade ou privacidade.



- **Lei da violência psicológica (Lei 14.188/2021):** Estabelece que, se a mulher foi ferida por causa de sua condição feminina, a pena é de prisão, de um a quatro anos.
- **Programa Sinal Vermelho (Lei 14.188/2021):** programa contra a Violência Doméstica e Familiar. Prevê, entre outras medidas, que a letra X escrita na mão de uma mulher, preferencialmente em vermelho, funciona como um sinal de denúncia de situação de violência. Assim, o atendente entra em contato com a polícia para que seja prestada a devida ajuda.
- **Lei da violência política (Lei 14.192/2021):** objetiva estabelecer normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, em espaços e atividades relacionadas ao exercício de seus direitos políticos e funções públicas.
- **Lei Mariana Ferrer (Lei 14.245/2021):** regulamenta a repressão de atos degradantes de vítimas de violência sexual e testemunhas em processos judiciais.

As leis e aparatos legais, acima citados, são de suma importância no marco jurídico e no âmbito da defesa dos direitos das mulheres brasileiras. Principalmente por tratar de forma integral problemas como a violência doméstica, repressão, abuso sexual, violência política, feminicídio e tantos outros abusos sofridos, diariamente, por mulheres em todo o mundo.

2.7 Oportunidades e desafios da Representação feminina

Para obter um local de respeito e destaque, as mulheres ainda enfrentam desafios como o fato da maioria das pessoas em salas de reuniões serem homens, falta de rede de apoio, dificuldade de estabelecer o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, dificuldade de financiamento, estereótipos e falta de expectativas.

Alguns desafios como ter homens como a maioria das pessoas em salas de reuniões em empresas e corporações ainda faz parte do dia-a-dia de mulheres. O desafio de construir uma rede de apoio traz a oportunidade de, por exemplo, estabelecer

ligações com homens e mulheres que atuem como mentores e amigos, ao longo da carreira, como forma, também, de impulsionar o crescimento profissional.



A falta de equilíbrio entre trabalho e vida pessoal gera a oportunidade de criar e estabelecer um equilíbrio entre ambos os aspectos, com limites. O desafio das mínimas oportunidades de financiamentos, gera a oportunidade de atentar-se e identificar fontes de financiamento, direcionadas a iniciativas como as de captação de recursos.

Os estereótipos atribuídos às mulheres de “mais emocionadas” e “menos assertivas”, gera a oportunidade de mostrar que mulheres podem trazer várias experiências físicas, mentais e emocionais para um tema. Essa diferença de pensamento e comportamentos entre homens e mulheres não deveria ser uma falha, mas uma vantagem.

O desafio de baixas expectativas para as mulheres em qualquer ambiente de negócios ou empreendimentos, decorrente do preconceito e desigualdade cultural, gera a oportunidade de posicionar-se e alcançar o nível de respeito e reconhecimento



merecidos. A mulher pode ter lugar e protagonismo onde e como desejar, como nas empresas e grandes corporações, negócios de pequeno e grande porte, atividades sociais e de melhoria das condições de pessoas sob risco e sem acesso à condições dignas de vida e o papel igualitário e de respeito que qualquer ser humano deve ter.



3. Considerações finais

Na sociedade, a participação igualitária das mulheres é considerada um direito humano básico. A humanidade, em vários locais e nações ainda necessitam avançar muito nesta pauta e prática.

Situações como a discrepância salarial, dificuldade de ascensão profissional ou empresarial e a ocupação digna na sociedade, demonstram que a desigualdade de gênero ainda existe no Brasil e no mundo. O contexto tem se modificado de forma estrutural, em especial em países democráticos e plurais, proporcionando a ampla inserção da mulher no mercado de trabalho, principalmente no mundo dos negócios e de tomada de decisões.

Incentivar as mulheres a atuarem em âmbitos diversos da sociedade é importante para promover a igualdade e a diversidade. Por meio desses incentivos, é promovido o desenvolvimento do país e da sociedade. A ciência, tecnologia e inovação possuem a capacidade de transformar uma sociedade e fornecer soluções, e está alicerçada na diversidade.

Mesmo ainda não tendo alcançado a total igualdade, as mulheres contemporâneas vêm acumulando conquistas, não só no mercado de trabalho, mas também na ampliação das liberdades sexuais, culturais e reprodutivas, no papel na família, no desenvolvimento econômico, social e sustentável e nos direitos políticos.